

ENTREVISTA CENSO 2022

Wolney Cogoy de Menezes

Coordenador do Cadastro de Endereços - IBGE

11/02/2022

1ª Qual a relação entre as pesquisas contínuas do IBGE e o Censo?

O primeiro aspecto a ser destacado diz respeito às especificidades de cada grupo de pesquisas. O Censo é uma operação muito grande, a maior que o IBGE faz, acontecendo num período muito curto, com um orçamento também muito grande – o que permite a adoção de algumas inovações – e envolvendo pessoas de fora da instituição em sua operação. Tomando a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), como parâmetro de comparação, ela é contínua, feita por funcionários da casa, que acumulam uma experiência de muitos anos nessa atividade, mas lida com um orçamento mais restrito, o que dificulta a introdução de inovações.

A relação mais evidente entre o Censo e outras pesquisas da casa é que ele gera a base de referência para criar os recortes da Amostra que, a partir daí, torna-se a espinha dorsal de uma série de pesquisas que serão desenvolvidas ao longo da década, a própria PNAD entre elas. Por outro lado, do ponto de vista conceitual, é mais difícil introduzir inovações no Censo. O questionário do Censo tende a ser mais estável, enquanto a PNAD se presta mais a experiências e tentativas, e os suplementos da PNAD são a comprovação dessa característica. Aquilo que é testado e efetivamente funciona pode, posteriormente, ser incorporado ao Censo.

Quanto às inovações tecnológicas, o Censo, por dispor de um orçamento mais robusto, permite a aquisição de equipamentos que modernizam e melhoram a operação da pesquisa. Um exemplo típico dessa situação foi a compra de equipamentos eletrônicos para a realização da coleta. Só o Censo pôde viabilizar essa aquisição que, posteriormente foi absorvida e incorporada à PNAD, à POF, às pesquisas de saúde, entre outras. Essa situação se repete em relação à compra de imagens. Seu custo é muito elevado, e só o orçamento do Censo permite esse tipo de aquisição, cobrindo todo o território nacional. Uma vez adquiridas, elas são utilizadas nas pesquisas contínuas. No sentido contrário, certas inovações tecnológicas precisam ser testadas em escalas menores, não podendo ser introduzidas no Censo antes de utilizadas em pesquisas regulares. É o caso do acompanhamento do trajeto do pesquisador, que foi primeiro experimentado na PNAD, como forma de garantir a cobertura territorial da pesquisa. Esse controle foi posteriormente incorporado ao Censo Agropecuário, onde foi ainda mais vital, por tratar-se de uma pesquisa em área rural. E agora, será utilizado no Censo Demográfico, o que permitirá um acompanhamento da operação quase em tempo real.

Também é preciso chamar a atenção para o fato de que, no passado, as pesquisas não aconteciam de forma concomitante. No ano em que fazíamos o Censo, não havia PNAD. Em 2022 as duas pesquisas irão a campo.

Outro aspecto a ser destacado na relação entre as duas pesquisas diz respeito ao fato de que a PNAD interfere no planejamento e estruturação do Censo. Para fazer o cálculo da remuneração do recenseador leva-se em conta informações levantadas pela PNAD quanto à renda média em cada um dos estados. A remuneração varia seguindo a própria variação da renda média por estado apontada pela PNAD. Outro exemplo dessa relação é o número de domicílios. Essa é uma informação importante para a estruturação da operação do Censo, e como a PNAD acontece repetidas vezes ao longo da década, é ela que permite a atualização da média de habitantes por domicílio para a montagem da operação do Censo.

2ª Qual a importância da capilaridade do IBGE para a estruturação do Censo?

É importante considerar alguns aspectos de escala de alcance nessa avaliação. Salvo engano, o IBGE tem hoje 668 agências distribuídas em todo o território nacional. Se excluirmos desse universo as metrópoles, como Rio, São Paulo e Brasília que, obviamente, têm mais de uma agência, teremos em torno de 530 a 540 agências no restante. O que significa que cada uma dessas agências está responsável por 10 municípios, ou pouco menos que isso. No Censo esse trabalho cresce, e muito, porque é preciso cobrir todos os municípios, em toda sua extensão. E há municípios que são muito grandes, com população distribuída em várias porções de seu território. E mesmo nos municípios pequenos é preciso que tenha posto de coleta como ponto de apoio para o recenseador, sua contratação e orientação. Portanto, a operação do Censo, com criação de postos de coleta e contratação de recenseadores seria totalmente impossível se não estivéssemos distribuídos razoavelmente pelo território. A rede de agências funciona como a âncora onde estão amarrados os postos de coleta temporários que o IBGE precisa implantar para fazer o Censo. É através das agências que podemos criar toda a infraestrutura para a operação do Censo. O chefe de agência conhece prefeitos de sua região, conhece instituições, como associações comerciais, pode conseguir apoio para a instalação do posto de coleta, para a divulgação do processo seletivo para recenseadores e até mesmo para a divulgação da própria operação do Censo.

O impacto da atuação das agências é também financeiro, porque boa parte dos postos de coleta são cedidos, o que reduz em muito os custos da operação. O Censo seria inviável se não pudéssemos contar com o conhecimento que essas pessoas têm de sua região. Além disso, é preciso levar em conta que o chefe de agência se torna um coordenador de área durante o Censo. Ele é o funcionário de carreira do IBGE responsável pelo recenseamento de toda uma região, porque abaixo dele, todos os trabalhadores envolvidos nessa operação são temporários. Portanto, ele é o último elo da estrutura institucional do IBGE com todo o grupo de trabalhadores envolvidos na operação do Censo em sua região.

É preciso que se diga que nesse Censo teremos, pela primeira vez, alguns poucos servidores temporários que serão Coordenadores de Área. Também existem as reuniões de planejamento do Censo que envolvem várias instâncias de cada município – prefeito, vereadores, funcionários da justiça, sociedade civil, etc, – e são organizadas pelos chefes de agências. Nessas reuniões o IBGE apresenta o recorte territorial que será a base para a aplicação dos questionários. É importante destacar que, nessa reunião especificamente, é colocada para as autoridades municipais a oportunidade de questionar os limites territoriais que o IBGE irá utilizar para a aplicação dos questionários do Censo. Nas reuniões seguintes discute-se a montagem da estrutura para a

coleta propriamente dita e, na última reunião, são apresentados os primeiros resultados do censo. Dessa forma, o IBGE garante a máxima transparência de toda a operação, além de permitir a participação das instâncias representativas da sociedade civil de cada município na operação do Censo.

3ª Além dos aspectos que você mencionou até aqui, é possível imaginar a importância da estrutura do IBGE para o conhecimento das características e peculiaridades territoriais para a montagem da operação. Os recenseadores são pessoas que conhecem o lugar em que aplicam os questionários. Aqueles que dão assistência aos recenseadores também são pessoas que conhecem o lugar. Enfim, as pessoas envolvidas diretamente na operação têm conhecimento dos lugares que estão percorrendo. Fale um pouco sobre a importância desse aspecto para a montagem e a operação do Censo.

Um exemplo muito representativo dessa situação é o que estamos vivendo agora na Unidade Estadual de Roraima. Há lugares em que precisamos viabilizar carros com tração nas quatro rodas, barcos, ou mesmo pequenos aviões para chegar às populações que serão recenseadas. Neste momento a Unidade Estadual de Roraima está trabalhando numa licitação para contratar avião e helicóptero, para que possamos chegar a certas áreas remotas e realizar a aplicação do questionário do Censo. Mais uma vez, sem a capilaridade da estrutura do IBGE, com sua presença largamente disseminada por todo território nacional, seria impossível responder a todas as demandas para a montagem da operação do Censo, dentro do tempo necessário e com custos cabíveis em nosso orçamento.

Um outro aspecto a ser considerado quanto à diversidade dos lugares e à importância do espalhamento do IBGE no território nacional refere-se à divulgação do Censo. Para a realização do Censo é muito importante que as pessoas abram suas portas, recebam os recenseadores, estejam sabendo que o Censo vai acontecer. Para isso, é preciso divulgação. E como essa divulgação vai ser feita, varia nas diferentes regiões do país. A divulgação do Censo conta tanto com anúncios na televisão e em mídias sociais, quanto com carros de som andando pelas localidades e chamando a população a colaborar. E a escolha da forma de divulgação que será mais adequada em cada lugar cabe, mais uma vez, ao chefe de agência do IBGE.

4ª Como você vê a estruturação da operação do Censo a partir de 2022?

Para responder essa questão é preciso, antes de mais nada, colocar como eu vejo a situação dos institutos nacionais de estatística nesse momento mundo a fora.

Por um lado, temos uma crescente demanda por maior variedade de informações. As pessoas cobram cada vez mais informações. Um exemplo claro disso é a necessidade de fazermos uma pesquisa de uso do tempo, que até agora não pudemos fazer. Também há uma pressão maior por uma frequência maior das informações. E aí deve-se pensar até quando um Censo decenal poderá responder a essa pressão, até porque temos vivido grandes mudanças em curto espaço de tempo. E completando esse cenário, a demanda por informações geograficamente mais detalhadas também aumentou. Se na década de 1970 as informações por estado já satisfaziam, rapidamente houve a necessidade de informar por município e, em seguida, por setor censitário.

Ao mesmo tempo que enfrentamos todas essas pressões para mais informações, em menores intervalos de tempo e recortes territoriais menores, vivemos maiores dificuldades para encontrar o informante nas pesquisas. Famílias menores em que todos estão fora do domicílio a maior parte do dia tem sido muito mais frequente, tornando ainda mais difícil o trabalho do recenseador. E quando o informante é encontrado, também temos enfrentado maior questionamento sobre o porquê de o Estado estar buscando tantas informações dos cidadãos.

Para fazer frente a estes novos desafios os institutos de pesquisas no mundo estão lançando mão do uso da internet, que já é uma realidade em muitos países. Nós ainda temos uma participação tímida na internet, em termos de pesquisas online, mas esse é um caminho inevitável. Ele apresenta problemas a serem solucionados como, por exemplo, saber se a pessoa que está respondendo um questionário online realmente responde pelo endereço físico que lhe está sendo atribuído. A própria cobertura da oferta de internet no Brasil precisa garantir o acesso dos informantes aos questionários.

5ª É possível dizer que esse Censo será importante para que possamos viabilizar as mudanças que estamos prevendo para os próximos Censos?

Sim, por vários motivos. Primeiro porque ele vai gerar um cadastro de endereços muito mais atualizado do que o que temos hoje. E segundo porque ele vai levantar a disponibilidade de acesso à internet, que é um dado importante para que possamos dimensionar futuras pesquisas online. Mas o uso da internet que vamos fazer no Censo 2022 é bastante limitado.

Porque a ampla oferta de internet no Brasil ainda está ancorada em endereços físicos – domicílios, empresas, etc. Para se fazer um Censo pela internet precisamos ter ampla oferta de sinal e a certeza de que, ao recebermos um questionário preenchido, ele de fato o foi pelo(a) cidadão(ã) que diz ser, correspondendo a um domicílio específico, independente de ter sido preenchido num computador que esteja no domicílio ou no local de trabalho de quem preencheu ou mesmo no seu celular. E pode ser que a gente evolua, no médio prazo, para que uma parcela significativa do Censo seja feita pela internet, ou seja, as pessoas vão receber e responder o questionário online, sem que seja necessário a visita do recenseador. Mas há no Brasil muitas localidades remotas, que não têm acesso a bom sinal de internet, ou sequer têm qualquer sinal, além de comunidades especiais, como indígenas ou quilombolas e comunidades muito pobres. Nessas situações, ainda será necessário a entrevista presencial. Portanto, ainda que venhamos a presenciar um forte incremento do uso da internet em pesquisas, estamos longe de descartar por completo as pesquisas presenciais.

A segunda forma que os institutos de pesquisas no mundo estão lançando mão para lidar com as crescentes pressões é o uso de registros administrativos. Há hoje muitas informações que podem ser obtidas através de registros administrativos, o que permitirá, no futuro, diminuir o número de perguntas no questionário do Censo. É bom lembrar que questionário grande significa mais custo (treinamento de recenseadores). Portanto, reduzir o questionário sem perder informações – porque elas estarão vindo de outra fonte com qualidade garantida – representa um ganho global.